



CMU 000120-LEG 02/Mar/2022 12:09

REQUERIMENTO nº 16 /2022

Requer envio de Correspondência Oficial ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) sobre a regulamentação de vagas de estacionamento específicas para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Documento 08/2022

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores:

O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT), vem respeitosamente, com base no que preceitua o art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa **REQUERER** que, após aprovado pelo douto Plenário, seja enviada correspondência oficial ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) sobre a regulamentação de vagas de estacionamento específicas para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- a) Se há alguma regulamentação, orientação ou parecer do Conselho Nacional de Trânsito sobre a regulamentação ou destinação de vagas de estacionamento específicas para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.
- b) Se o Conselho Nacional de Trânsito autoriza, ainda que de caráter experimental, a regulamentação de vagas de estacionamento específicas para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Município de Uruguaiana-RS.
- c) Que seja enviada a íntegra desse Requerimento ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para o devido conhecimento e análise.



[Handwritten signature]

JUSTIFICATIVA

- a) O art. 28, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana, estabelece que é dever do Vereador *“propor à Câmara, por escrito, todas as medidas que forem julgadas convenientes ao interesse do Município e à segurança e bem-estar de seus habitantes, bem como impugnar as que forem julgadas prejudiciais ou contrárias ao interesse público”*.
- c) O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT) destaca que, nos últimos dois anos, ocorreu no Estado Brasileiro a publicação de diversas leis estaduais e municipais estabelecendo a destinação de vagas de estacionamento para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e isso tem acarretado inúmeros questionamentos e cobranças por parte da sociedade brasileira para que tais legislações sejam efetivamente cumpridas.
- d) É verdade que a Resolução nº 304/2008, do Conselho Nacional de Trânsito, dispôs sobre “as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção”, mas, mesmo assim, há uma cobrança contundente de famílias e associações que representam Pessoas com Transtorno do Espectro Autista para a regulamentação de vagas específicas.
- e) Recentemente, a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Uruguaiana recebeu solicitação formal de família e representantes de entidades voltadas ao atendimento, ao cuidado e à proteção de direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista para a “regulamentação” de vaga específica de estacionamento para pessoa com transtorno do espectro autista inclusive com a simbologia do autismo, com base em Lei Municipal.
- f) Além disso, familiares de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista procuraram o Gabinete do Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA
clemente@uruguaiana.rs.leg.br
Fone: (055) 3412-5977



questionando a ausência de regulamentação de vaga de estacionamento específica para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em Uruguaiana-RS, uma vez que haveria uma legislação municipal para isso.

g) Evidentemente, a ausência de regulamentação de vaga de estacionamento específica para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista na legislação de trânsito brasileira impede que os municípios brasileiros realizem a fiscalização e/ou autuação no caso de uso indevido e/ou irregular de vagas de estacionamento para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em sintonia com as determinações contidas no art. 90, da Lei Federal nº 9.503/1997:

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização. (LEI FEDERAL Nº 9.503/1997)

Uruguaiana, 02 de março de 2022.

VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA

Bancada do PDT.